

# A maçonaria, intelectuais e pensamento político nas décadas iniciais do século XX

---

## Brazil's Freemasonry, Intellectuals and Political Thought in the early 20th century

---

Augusto César Acioly Paz Silva  
AESA-CESA, Brasil  
cesar\_historia@hotmail.com  
ORCID: 0000-0001-7135-1834

Recepción: 5 de noviembre de marzo de 2021/Aceptación: 27 de noviembre de 2021  
doi: <https://doi.org/10.15517/rehmlac+.v14i1.48565>

### ***Palavras-chaves***

Maçonaria; intelectuais; pensamento político; Brasil

### ***Keywords***

Freemasonry; intellectuals; political thought; Brazil

### ***Resumo***

O presente texto procura responder questões referentes ao processo de estruturação a maçonaria nas décadas iniciais do século XX, procurando posicionando-se de maneira crítica à tese veiculada por Sergio Buarque de Holanda, o qual defendia que, com a instauração da República, a maçonaria teria saído de cena e dando lugar ao ideário positivista. O que foi possível observar ao diferente da perspectiva veiculada por Buarque de Holanda, esse ideário não se efetiva na prática, pois a atuação intelectual dos maçons demonstra a dinâmica e vivacidade que a instituição usufruía ao longo das décadas iniciais da república.

### ***Abstract***

During the structuring process of Brazilian Freemasonry in the early decades of the 20th century, taking a critical stance on the thesis conveyed by Sergio Buarque de Holanda, who argued that, with the establishment of the Republic, Freemasonry would have left the scene and given way to positivist ideals. Unlike the perspective conveyed by Buarque de Holanda, this idea was not effective in practice, as observed in the intellectual performance of the Freemasons, through the press and the proposed debates, which was demonstrated by the dynamics and vivacity of the institution.

## Introdução

A maçonaria, no Brasil, ainda se constitui numa instituição pouco estudada, tanto no campo da historiografia quanto da cultura política e da própria história do pensamento brasileiro nas décadas iniciais do século XX. Devido a estes aspectos, o nosso trabalho tem como preocupação central discutir esta invisibilidade, ao mesmo tempo em que procuramos destacar quais as concepções e campos de ação que tal instituição atuava, lançando luzes sobre os temas que norteavam a ação de parte da maçonaria, procurando enfocar Pernambuco, mas construindo relações com as discussões mais gerais que faziam parte da maçonaria brasileira. Aliar estas discussões ao que era pensado e divulgado nos seus órgãos de imprensa ou produção intelectual fornece uma possibilidade importante para que seja possível desconstruir as imprecisões que se colocam sobre esta instituição.

Conseguimos, através do seu campo de ideias e posições, dar um “rosto” aos maçons e à maçonaria, apresentando quais os ideários e culturas políticas que se encontravam veiculadas e eram por ela defendidas. Sendo assim, através deste texto procuraremos superar os estereótipos de estigmas, além de pensar a ação dos seus intelectuais na apresentação de alguns ideários que circulavam no ambiente maçônico e que se constituíam em vinculações que eram realizadas sobre a maçonaria, principalmente nas décadas iniciais do século XX. Outra dimensão importante reside no fato de superar uma compreensão e representação historiográfica que tendem a reforçar uma visão desta sociedade como sendo “sem expressão política” nas décadas iniciais do século passado colaborando, assim, para moldar uma concepção da maçonaria enquanto uma instituição representada por ações episódicas ao longo da nossa História.

Ao longo da sua História em terras brasileiras, momento que remonta às décadas iniciais do século XIX, é possível observar a participação de vários intelectuais que circulavam em espaços de discussão e estruturação de projetos em âmbito nacional como Saldanha Maranhão (1816-1895); Rui Barbosa, que participou ativamente da loja América (1849-1923); Benjamim Constant (1836-1891) e Joaquim Nabuco (1849-1910).

Em muitos casos é possível observar que a atividade intelectual misturava-se com a participação de muito deles em causas políticas, como a defesa do fim da escravização dos africanos e seus descendentes, o combate às ideias que expressavam uma posição compreendida por setores da sociedade brasileira como vinculando-se dentro do campo da intolerância, principalmente, as relacionadas à defesa de liberdade religiosa e pensamento, conjunto de demandas intelectuais que mobilizou parte da maçonaria brasileira, aqueles setores que identificavam com posições de raiz ilustrada e liberal.<sup>1</sup>

Com relação a alguns destes personagens, é importante pontuar que, do ponto de vista da formação intelectual, ela foi forjada dentro do ideário intelectual sintonizado com o pensamento do liberalismo e, no caso de parcela deles, do positivismo. Existe uma tese clássica

---

1 Alexandre Mansur Barata, *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822)* (Juiz de Fora, São Paulo: Editora UFJF, Annablume, Fapesp, 2006), 1-338. Alex Moreira Andrade, *A maçonaria no Brasil. 1863-1901. Poder, cultura e ideias* (São Paulo: Annablume, 2006), 370.

de Sérgio Buarque de Holanda que, ao tratar o maçonismo como um ideário intelectual, defendeu a perspectiva da sua substituição pelo positivismo. Tal perspectiva, apresentada pelo historiador paulista, reúne alguns problemas: o primeiro deles, a visão de que a maçonaria, ao longo do período republicano, havia desaparecido, uma vez que o ideário positivismo havia tomado o seu lugar. Ao estabelecer tal associação é possível, ainda, deixar evidente a falta de conhecimento de Holanda sobre o que seria tal instituição.

Uma segunda dimensão, que merece ser ponderada, reside no fato de que ele trata a passagem da maçonaria ao positivismo como sendo, às vezes, sinônimos e ao mesmo tempo sem apresentar, pelo menos do ponto de vista daquilo que ele denomina de maçonismo, a complexidade do que tal perspectiva no campo das ideias e da mobilização intelectual significava, ou seja, parece que tais ideários seriam estanques.

Isto que Buarque de Holanda denomina, de maneira monolítica, como sendo maçonismo reunia, no seu corpo de ideias, matizes de pensamento que circulavam, como foi referenciado em alguns parágrafos anteriores, dentro de pressupostos como apresenta Alex Andrade, no campo da circulação de ideias vinculadas ao projeto iluminista, posicionando-se dentro da defesa do ideário liberal. Alguns, flertando com o republicanismo; outros, não; o que demonstra a complexidade do que significa ser maçom. Procurar explicar o campo intelectual maçônico, no interior desta transição entre o século XIX e o século XX, de maneira mais específica, é o caso do nosso artigo.<sup>2</sup>

Na qualidade de sociedade de pensamento<sup>3</sup> é importante perceber que, mesmo que alguns intelectuais e perspectivas intelectuais circulem no interior da maçonaria, respeitando, como destacamos, a sua complexidade, é importante destacar que muitas bandeiras, que de forma geral localizavam-se dentro do que poderíamos denominar de ideário liberal, encontravam-se fomentadas no interior dos círculos maçônicos. Como prova de que o positivismo não afetou a maçonaria, enquanto instituição, pode ser constatado de forma prática na defesa de demandas que se constituíam em símbolos de defesa daquilo que poderia ser identificado como ideias maçônicas e privavam de defesa por parte dos intelectuais vinculados à maçonaria nas décadas iniciais da República, que se constituíam na promoção de uma mentalidade na qual a criação de escolas, bibliotecas e a defesa de princípios republicanos e da liberdade de culto e de pensamento, apresentavam-se na qualidade de temas que se encontravam nos artigos assinados por intelectuais que colaboravam na imprensa maçônica, e que nos ajuda a pensar quais as ideias e proposições defendidas por determinados círculos, por mais que seja intrincado verificar os limites entre o pensamento institucional, a posição oficial da instituição e como tais ideias inspiravam as atitudes individuais maçônicas. Acreditamos que esta questão se constitui numa variável importante, mas que foge na sua completude aos objetivos deste texto.

Por isso, procuraremos nas páginas seguintes, partindo da intervenção pública de alguns intelectuais maçons, de maneira mais específica entre aqueles que atuavam na revista *Arquivo Maçônico*, publicação que circulou na primeira década do século XX, no estado de Pernambu-

2 Moreira Andrade, *A maçonaria no Brasil*.

3 Maurice Agulhon, "As sociedades de pensamento", em Michel Volvelle, *França Revolucionária (1789-1799)* (São Paulo: Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989).

co, analisar como alguns temas que inseriam-se no interior deste corpo de pensamento, que poderíamos delimitar como sendo defendidos pela maçonaria, eram tratados por personagens como Manoel Arão, Mario Melo, Caetano Andrade e Vicente Ferrer, que, além de maçons atuantes, ainda contribuíam, como no caso dos dois primeiros, na imprensa e participavam de outras instituições que mobilizavam o fazer intelectual: a Academia Pernambucana de Letras e o Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Pernambuco.

## Os intelectuais e a circulação de ideias na imprensa maçônica pernambucana nas décadas iniciais do século XX (1906-1913)

O trabalho intelectual define-se a partir do processo de leitura, reflexão e divulgação das ideias. Existe toda uma historiografia que apresenta o potencial e a importância da atividade intelectual maçônica no sentido de publicizar os pontos de vista e as supostas matrizes sobre as quais tal conjunto de visões encontram-se assentadas. Desta forma o conceito de maçonaria, enquanto sociedade de pensamento, colabora para que a dimensão do trabalho identificado com o de matriz intelectual fique bem dimensionado.<sup>4</sup>

A atividade intelectual maçônica se apresenta, além da produção de livros que procuravam remontar às raízes históricas da maçonaria, passando por questões mais específicas e pertinentes, com as que se orientavam sob aspectos relacionados à dimensão ritualística. É importante observar o lugar que é veiculado, pelo menos do ponto do discurso, o que implica a necessidade de ler e debater para que seja possível avançar dentro da estrutura hierárquica maçônica.

Pensando de maneira mais pontual os processos de divulgação utilizados pelos intelectuais maçônicos que foram citados, é possível constatar que um dos espaços utilizados na promoção e apresentação de reflexões a respeito de questões, sejam elas vinculadas à realidade do país ou mesmo vinculadas aos costumes, terão lugar de destaque nas páginas da imprensa. No caso deste artigo da revista denominada *Arquivo Maçônico*, por uma questão estilística, decidimos manter a grafia original.

A vida do *Arquivo Maçônico* desenvolveu-se entre os anos de 1906 até 1913. Não possuímos dados mais concretos sobre o principal motivo da sua extinção. A coleção, que foi localizada nas dependências da Loja Maçônica Segredo e Amor da Ordem, chegava até o ano de 1912. Segundo informações de Luiz do Nascimento<sup>5</sup>, contidas na sua História da Imprensa de Pernambuco, o fim das atividades do Arquivo Maçônico aconteceu no seu número 86 do mês de outubro de 1913. Essas informações são fornecidas pelo autor, com base nos números encontrados por ele na Biblioteca Nacional e na Biblioteca Pública do estado de Sergipe.

4 Michel Goulart da Silva (Org.), *Maçonaria no Brasil: história, política e sociabilidade* (Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial, 2015). Marco Morel e Françoise Jean de Oliveira Souza, *O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008).

5 Luiz do Nascimento, *História da imprensa em Pernambuco (1821-1954). Vol. 7, Periódicos do Recife: 1901-1915* (Recife: Universitária, 1975), 192-193.

Os motivos para a finalização das suas atividades não são ainda muito claros. Trabalhando no campo das hipóteses, através das leituras feitas de todo esse conjunto documental, é possível supor, através da análise de alguns dos seus números, que o encerramento de sua publicação ocorreu devido a problemas de ordem financeira, já que era comum, nos últimos números, avisos publicados pela gerência da revista no sentido de solicitar, aos assinantes, que entrassem em contato com a direção do *Archivo* para que as dívidas fossem saldadas, possibilitando, dessa forma, a continuidade da publicação sem maiores entraves.

Como destaca Lucca<sup>6</sup>, a utilização das fontes jornalísticas e da imprensa como elementos importantes na prática da pesquisa histórica com a finalidade de ajudar na construção de um determinado olhar sobre o passado é, de certa forma, recente, como nos informa Tânia Regina Luca. Ela discute o processo de utilização da imprensa e dos jornais como objeto e fontes, e as formas como tais recursos passaram a figurar enquanto meio importante no desenvolvimento da pesquisa e do pensamento histórico.

De toda forma, é importante assinalar a função que uma publicação periódica representa no processo de construção e difusão das ideias, pelo motivo de que, a partir da modernidade, e pensando de maneira mais específica, os séculos XVIII-XIX, o periodismo instituiu-se na qualidade de espaço importante de sociabilização das ideias e conseqüentemente de campo de debate intelectual.<sup>7</sup>

A imprensa, e no caso que nos debruçaremos ao longo deste texto, a revista maçônica produzida com a presença de intelectuais que possuíam ação na imprensa “profana”<sup>8</sup>, apresentava-se como um lugar interessante para que possamos perceber quais as estratégias intelectuais e concepções que eram forjadas nas páginas deste veículo que se constituía num importante meio de circulação intelectual.

Sob o título “Protestemos!” o autor do artigo retoma um fato acontecido na cidade de Caruaru que denota, de maneira evidente, as discussões travadas pela maçonaria e seus intelectuais sobre o respeito à liberdade religiosa. Segundo o artigo, veiculado na porta de uma igreja na cidade, bíblias, consideradas falsas, possivelmente, tratava-se de bíblias protestantes que foram queimadas, como destaca o artigo, sob as ordens do provincial carmelita.<sup>9</sup>

A indignação do autor residia no fato de que esta seria uma prática reiterada e que deveria ser combatida, pois afrontava diretamente a lei republicana expressada na constituição federal, localizada no parágrafo 3º artigo 72, no qual a defesa aos indivíduos em praticar qualquer culto religioso constituía-se numa cláusula pétrea, principalmente num estado que, desde 1889, considerava-se laico. Além de não respeitar a laicidade, sentimento que deveria ser cultivado na sociedade, este episódio incitava, na população, o desenvolvimento de sentimentos e comportamentos que, além de materializarem-se na falta de respeito às liberdades consti-

6 Tânia Regina Luca, “História dos, nos e por meio dos periódicos”, em Carla Bassanezi Pinsky (org.), *Fontes históricas* (São Paulo: Contexto, 2005).

7 Marco Morel, *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)* (São Paulo: Editora Hucitec, 2005).

8 Termo maçônico utilizado para referir-se a tudo que não se encontra vinculado institucionalmente a maçonaria.

9 *Archivo Maçônico*, “Protestemos!” (1906): 3.

tuídas, consistia em crime passível de punição, uma vez que se encontrava tipificado no artigo 185 do código penal brasileiro.<sup>10</sup>

Outra dimensão usada pelo autor, no sentido de construir uma maior efetividade a respeito do seu discurso, foi o de que, ao estimular nos fiéis queima de livros e atos de irracionalidade e violência, os religiosos católicos estariam lembrando um momento triste da história ocidental, que seria os tempos da “sagrada inquisição”. De tal sorte, tal prática promovia consequências graves, uma vez que

Esse crime de queima de bíblias – pouco importa ao caso que ellas fossem mentirosas ou não às idéas religiosas do catolicismo –, esse fanatismo exagerado enervante que dominou em um dado momento meia dúzia de espíritos fracos, inclusive o do vice-prefeito do convento da penha, longe de fazer proselytos, conquistar partidários, “recolher ao aprisco as pobres ovelhinhas desgarradas”, na própria phrase deles, demonstrou bem claramente que através dos tempos, ainda, hoje eles se sentem impressionados de uma certa saudade dos tempos da sagrada inquisição!<sup>11</sup>

Ao considerar a atitude tomada pelos religiosos e o seu séquito de fiéis como um retrocesso, o articulista do *Archivo Maçonico* destacava o cuidado que era necessário estabelecer com relação ao respeito àqueles que praticavam religiões diferentes, o reforço de uma atitude de defesa da liberdade religiosa e do real estabelecimento de um estado laico e que se respeitasse aqueles que não fossem católicos, por mais que esta ainda fosse a religião praticada pela maioria da população brasileira. Outro aspecto, que merece ser destacado dentro da sua análise, é o da temeridade em incentivar a queima de livros, símbolo que depositava uma forte representação, com a dimensão do conhecimento e do trabalho intelectual. Desta forma, queimar livros significava destruir o conhecimento e, neste caso específico de livros religiosos, um atentado a crenças que, na concepção de muitos intelectuais maçons, como o Manoel Arão e o Caetano Andrade, demonstrava não apenas intolerância, mas obscurantismo.

Além do tema clássico, o da defesa ao estado laico e tolerância religiosa que mobilizava o trabalho intelectual maçônico, principalmente pelo fato de que vivíamos num estado laico e republicano, no qual o privilégio de determinado culto era proibido. É possível percebermos, ao longo da leitura das edições do *Archivo Maçonico*, a ocorrência de outros assuntos que estimulavam as avaliações intelectuais dos organizadores deste periódico. Dentre estes, a política, e uma avaliação a respeito de como tal dimensão desenvolvia-se nos anos iniciais do regime inaugurado em 1889, sempre aparecia como ponto de reflexão.

Através de uma série de quatro artigos, denominados Política e Maçonaria, Caetano de Andrade, assíduo colaborador do *Archivo Maçonico*, realizava uma série de reflexões a respeito do sistema político e qual o lugar da maçonaria no interior deste cenário ao longo desses quase 20 anos de implementação deste regime político.

10 *Archivo Maçonico*, “Protestemos!” (1906): 3-7.

11 “Protestemos!”, em *Archivo Maçonico*, (1906): 3-7.

É possível perceber, no autor e na sua pena, uma postura de questionamento a respeito da fórmula republicana adotada pelo Brasil. O seu argumento a respeito das limitações da nossa forma republicana residia no fato de que o nosso regime assumiu uma postura que não preservou os direitos democráticos, vivenciados de maneira muito limitada, o que, conseqüentemente, construiu uma lógica pouco republicana.

Ao constatar tal perspectiva, Andrade observava que o defeito não seria da República, enquanto sistema político, mas da maneira como a nossa república tinha sido conduzida e estruturada. Desta forma, o autor revisou – e defendia – como havia sido proposto em 1903, 14 anos após o início do sistema republicano no Brasil, um processo de revisão do sistema através de um manifesto proposto por lideranças republicanas locais que identificavam, àquela altura, um desvirtuamento dos significados encetados pela República no Brasil. Este espírito de revisão, de reordenamento do sistema deveria, como apontava Caetano de Andrade, ser posto de forma urgente, uma vez que tal processo só garantiria a sua efetividade através de um processo que revisasse a nossa constituição para que fosse possível, nas palavras de Andrade:

Proclamar princípios novos de democracia, mas venha hoje si a constituinte revisora pode nascer, incorruptível como um juiz, do choque das facções, dos mystificadores processos eleitoraes, do conclave dissoluto de chefes, da inercia, da incompetência dos que votam, dos que votariam por ella, analfabetos, inconscientes da própria responsabilidade, sem temor de que essa delegação sua fosse estabelecer um contracto mercantil, entre olygarchias, para exploração da indústria de reinar!<sup>12</sup>

A defesa veemente de Caetano, ao longo dos quatro artigos publicados no *Archivo*, orientava-se por uma revisão imediata do nosso texto constitucional, e neste particular, no uso dos seus argumentos intelectuais, ele procurava destacar que tal programa podia e devia ser encampado e fomentado por uma instituição como a maçonaria, que defendia uma posição de estabelecimento de um sistema no qual a liberdade religiosa e a defesa de um estado laico, a escolha livre e democrática dos representantes e do incentivo à instrução e ao conhecimento entre todos os setores, orientava-se como uma base importante de ação.

Esta concepção de que a maçonaria possuía um papel social e político, que deveria ser materializado através de iniciativas institucionais, pode ser percebido na defesa intelectual em outros artigos veiculados pelo *Archivo Maçonico*, como os publicados por José Simões Coelho, que apresentava o papel social da maçonaria, defendendo que tal ação não poderia ser confundida como beneficência e filantropia. O argumento defendido pelo maçom português é o de que as ações que movimentavam a atuação social da maçonaria deveriam orientarem-se pelo auxílio mútuo e não pela beneficência/filantropia, ações que, segundo ele, eram apenas caritativas. Na sua argumentação, o auxílio mútuo é a solidariedade humanizada que está para além do socorro material e, neste aspecto, a maçonaria deve exercer a sua função de instituição inserida na sociedade, não estando alheia aos problemas sociais.<sup>13</sup>

12 Caetano Andrade, “Política e Maçonaria”, *Archivo Maçonico*, no.18 (1908): 19-23.

13 José Simões Coelho, “O papel social da Maçonaria”, *Archivo Maçonico*, no. 59 (julho de 1911): 28-29.

Ao apresentar que a maçonaria é uma instituição que, mesmo possuindo suas características específicas, deve exercer uma função na sociedade, José Coelho advoga e posiciona-se dentro de compreensão de que a maçonaria possui e deve animar-se para defender posições na sociedade que, de alguma maneira, colaborem para que as questões sociais sejam preservadas pelos maçons, como possibilidade de contribuir com o desenvolvimento da sociedade.

Abordando, de maneira mais detalhada, as discussões promovidas pela maçonaria, no que diz respeito às questões vinculadas à política e à sociedade, é possível localizar um conjunto de textos que procuram evidenciar tal debate. Dentre eles, o artigo escrito pelo maçom pernambucano, Dr. Ferrer, que versa sobre a relação entre Democracia e República, partindo da observação de que, mesmo que o conceito de república apresente uma compreensão de que, dos sistemas políticos pensados, a república figuraria quase que automaticamente, enquanto um regime no qual a democracia e as liberdades surgiriam automaticamente como uma espécie de essência.

Porém, a avaliação empreendida pelo autor conduziu-se dentro da perspectiva de que “infelizmente, ocorre enorme distância entre o desejo e a realidade!”<sup>14</sup> Ao procurar estabelecer uma leitura cética em relação à maneira com que a relação entre república e democracia apresentasse ao redor dos sistemas que adotaram tal regime, dentre eles o Brasil, Ferrer, a partir de uma leitura e análise que procurou empreender uma visão geopolítica, realizando um recorte a respeito dessas relações no continente americano, constatou que, parte das concepções e representações como a ideia de que república e democracia seria sinônimo de eleições livres, maior distribuição de renda, progresso econômico e leis que protegessem a liberdade dos indivíduos, não se efetivou, na prática, em muitas das repúblicas americanas de norte a sul do continente.

Muitas vezes tal discurso, que se encontrava irradiado através da política externa americana materializada na doutrina Monroe, na verdade, a partir da avaliação do autor do artigo, podia ser percebida muito mais a nível do discurso do que na prática, seja através da maneira como o poder era executado nos EUA que, muitas vezes, ao invés de defender a liberdade do povo, governava para um número específico de americanos, além de apresentar, através da referida doutrina, um mecanismo pelo qual, sob a desculpa da defesa dos interesses americanos, destituiu governos e age de maneira imperialista em toda a América.

As avaliações produzidas por Ferrer, a partir do seu exercício intelectual que foi o de construir um longo e abrangente artigo com o qual dialogava sobre aspectos da geopolítica e da teoria política, procurando examinar a influência americana e o seu poder imperialista, além de reconstruir concepções idealizadas a partir do sistema político, apontando que tais perspectivas só poderiam ser reordenadas na medida em que a eleições fossem realmente livres e o progresso econômico estivesse relacionado com uma maior distribuição de renda e defesa das liberdades.

De alguma maneira, as críticas efetivadas pelo Ferrer inserem-se numa tradição de alguma forma inaugurada por Eduardo Prado no livro: *A ilusão americana*, no qual ele fazia

14 Dr. Ferrer, “Democracia e República”, *Archivo Maçonico*, no.59, (julho de 1911): 29-32.



uma dura crítica ao nascente imperialismo norte-americano. Uma diferença, que é importante ponderar, reside no fato de que, ao contrário do pensador paulista que era monarquista convicto, o Dr. Ferrer identificava-se com o ideário republicano, porém ambos podem ser inseridos dentro de uma concepção que se identifica, através da crítica ao imperialismo norte-americano, ao nacionalismo. É possível perceber isto, observando a forma como o maçon encerra o seu artigo, evidenciando que um dos nossos problemas seria o carácter vacilante e fraco, sem patriotismo. Ao evidenciar a falta de tais aspectos, a solução está posta nas entrelinhas, a de fortalecer o nacionalismo e combater a corrupção que grassava a nação brasileira, a impedindo de viver plenamente a conexão entre república e democracia.

Neste processo de comportar-se na qualidade de sociedade de pensamento, a partir da ação intelectual, mas também de uma atitude prática, a maçonaria, mesmo com a ascensão de outros personagens importantes no interior do debate público e político brasileiro, procurava apresentar-se como uma alternativa viável no processo de transformação para a nossa sociedade. Neste tocante, o artigo eleições e maçonaria, procurava capturar, no interior dos projetos possíveis de transformação política para o Brasil, a necessidade de eleger irmãos maçons, quando estes se apresentassem na qualidade de candidatos. Ao defender tal proposição, podemos perceber que a preocupação com a política, na prática, continuava a ser uma das legendas promovidas pela maçonaria. A justificativa para tal envolvimento, orientava-se dentro do princípio de que a própria maçonaria, enquanto instituição, constituía-se num espaço privilegiado de formação moral e de carácter identificados com os princípios liberais, que na avaliação do autor constituíam-se num remédio importante para combater os partidarismos estereis e as paixões que não conseguem produzir uma nação que se desenvolva.<sup>15</sup>

Ao colocar-se na condição de alternativa para combater os desvirtuamentos que faziam com que o Brasil não trilhasse o caminho de desenvolvimento, a que ele estaria predestinado, os maçons, através dos seus intelectuais, procuravam na verdade propor uma outra história e possibilidade, colocando-se, desta forma, na qualidade de uma instituição que poderia ser compreendida como um agente histórico possível de transformar a realidade nacional. Tal discurso apresenta uma contraposição à tese defendida por Buarque de Holanda, ao sinalizar que, com a República, a maçonaria teria deixado de existir, no sentido de não propor uma avaliação ou projetos para a nação. O que percebemos nos artigos abordados pelos articulistas intelectuais é que o Brasil e sua realidade ainda se encontrava no seu horizonte institucional.

A política não se constituía um dos únicos meios, na avaliação dos intelectuais maçons que colaboravam para o progresso da jovem república sul-americana, e cujas ideias se encontravam expostas nas páginas do *Archivo Maçonico*. A preocupação com a educação num país que, nos anos iniciais do século XX, possuía ainda altas taxas de analfabetismo, além de uma frágil estrutura organizacional do ponto de vista das escolas. É importante pontuar que a educação era compreendida pelos intelectuais maçons como possibilidade real de transformação, uma vez que seria possível, através do conhecimento, construir uma sociedade menos desigual.

---

15 “Eleições e Maçonaria”, *Archivo Maçonico* (1912): 3-5.

Ao apresentar uma importante visão a respeito da realidade educacional do Brasil das décadas iniciais do século XX, Alfredo Freire publica uma conferência que tinha proferido no teatro de Santa Isabel, na cidade do Recife, por conta da comemoração de aniversário da Revolução de 1817. Mesmo sem figurar como data magna no Estado e a sua bandeira ainda não havia sido oficialmente escolhida para representar o estado de Pernambuco, o movimento conhecido como revolução dos padres, congregava uma forte carga simbólica, por ter sido, na visão e versão histórica produzida pelo maçons e até mesmo reconhecido pela historiografia não maçônica, enquanto um movimento inspirado e que teve a participação de personagens maçônicos, que se utilizaram inclusive das redes de sociabilidades promovidas pelas lojas para amadurecer o movimento.

A escolha da data não era fortuita, uma vez que pensar a instrução primária e defender a necessidade da educação constituía-se, como já destacamos, numa bandeira importante para o ideário maçônico no contexto republicano, do ponto de vista intelectual e prático, uma vez que as ações de patrocínio de escolas e bibliotecas representava um importante modelo no interior do conjunto de ideias defendido pela maçonaria para o desenvolvimento humano e social.

Para Alfredo Freire, somente através da educação seria possível construir um processo de qualificação da república, uma vez que com o desenvolvimento de indivíduos mais educados que tivessem acesso à escola, as escolhas políticas seriam melhor realizadas, pois com acesso ao conhecimento colaboraria para impregnar “o espírito de nossos filhos, futuro eleitores, de intelligencia que os habilite a votar com acerto”.<sup>16</sup>

Ao demonstrar o possível papel transformador da educação, o intelectual pernambucano apresentava de forma comparativa o atraso do Brasil no processo de fundação de escolas, para ele instrumento essencial para combater as trevas da ignorância, pois a sua permanência só colabora para que a república se dissolva numa “desastrosa decepção”.<sup>17</sup>

Ao apresentar as dificuldades na estruturação de uma nação livre e desenvolvida, onde a preocupação por parte do estado se materialize com um forte processo de fundação de escolas, sobretudo aquelas voltadas a garantir o acesso dos brasileiros as primeiras letras, compreendido pelo educador pernambucano como o primeiro degrau neste processo de instrução em massa, será, na avaliação de Alfredo Freire, muito difícil que o país consiga desenvolver-se e ter posição de destaque no concerto das nações ocidentais. Para Freire, o fomento à educação primária seria condição indispensável para a consolidação de uma república de fato e uma nação desenvolvida.

As intervenções promovidas pelos intelectuais maçons, vinculados ao *Arquivo Maçônico*, não tratavam apenas de temas que se relacionavam à política, desenvolvimento da nação e à importância da educação, bandeiras que poderiam circunscreverem-se dentro de um campo intelectual, a partir da intervenção das análises efetuadas ao longo deste artigo, como da defesa de princípios liberais e democráticos.

---

16 Alfredo Freyre, “A Escola Primária (conferencia cívica realizada no teatro de Santa Isabel em 6 de março de 1912)”, *Arquivo Maçônico*, no. 68 (1912): 10.

17 Freyre, “A Escola Primária...”, 11.

No campo dos costumes parece que essa identificação que poderia ser identificada numa perspectiva mais progressista, parecia que não se materializava com a mesma proporção, quando o assunto era o feminismo. Em artigo publicado na edição do mês de maio de 1912, o colaborador do *Archivo Maçonico*, o reconhecido intelectual Mario Melo, historiador, jornalista e membro de várias entidades científicas e culturais, possuía uma leitura a respeito deste movimento extremamente crítico, atacando-o por considerá-lo como desarticulador dos supostos papéis existentes entre homens e mulheres. Neste sentido é possível percebermos os limites que o ideário da defesa das liberdades condensava, pois pelo que é possível entrever nos argumentos do ilustre intelectual pernambucano, a liberdade e igualdade, divisas formadoras da maçonaria ocidental, parecia que se aplicava apenas aos homens.

A visão cultivada por Mario Melo inseria-se dentro da perspectiva patriarcal que orientava a formação intelectual e as sensibilidades masculinas, atitude que ainda perpassa a nossa sociedade. A visão de feminino defendida pelo autor do artigo é a de que o seu espaço de atuação devia ser o do recolhimento ao lar, desempenhando as suas funções, quase que nas entrelinhas percebendo que seus argumentos se sustentavam dentro de uma concepção essencialista, onde as mulheres teriam características que, apesar de serem sociais, seriam quase que da sua natureza, no sentido de que elas nasceriam com tais atribuições pois, para Mario Melo:

Que encantos para nós teria a mulher – obra prima do criador – no dia em que os papeis se mudássemos e fossêmos obrigados a cuidar dos interesses da cozinha, remendar as vestes, acalantar os filhos, quando nossas mães, nossas espôzas, nossas irmãs abandonassem o lar para comparecer a um comício ou sair em excursão eleitoral?<sup>18</sup>

A postura do intelectual pernambucano denota, de maneira evidente, as concepções que havíamos anteriormente abordado e que se encontravam sintonizadas com uma visão idealizada do que deveria ser a mulher e quais as suas reais atribuições, inclusive destacando quando avançamos mais na leitura do seu artigo de que as concepções promovidas pelo feminismo, ideologia que avançava em vários países do mundo ocidental, e Mario Melo não deixa de denunciar tal expansão, colaboravam para que os supostos laços e papéis socioculturais desempenhados pelas mulheres fossem corrompidos.

Pelo que pudemos perceber, a leitura que o intelectual maçom realizava sobre as transformações incentivadas pelo ideário feminista dissolveriam uma realidade conservadora no interior das relações humanas que incidiam diretamente sobre as fórmulas que se encontravam estabelecidas. Nesta perspectiva, a defesa do ideário liberal não conflitava completamente, com tais argumentos, partindo do princípio que parte deste campo intelectual no qual a sensibilidade de Mario Melo e outros maçons movimentava-se pode ser localizado dentro da tradição conservadora liberal que, no tocante a questões relacionadas à moral, não avançava de maneira profunda como em outras dimensões da experiência humana.

18 Mario Melo, “O feminismo”, *Archivo Maçonico*, no. 69 (maio de 1912): 5-7.

## Considerações Finais

Como foi possível acompanhar ao longo do texto, diferente do que foi posto pela historiografia de maneira geral, mesmo a partir do advento da República a maçonaria, através dos seus intelectuais que atuavam tanto no interior das lojas quanto através dos debates promovidos por estes recintos ou na imprensa mais ligada à maçonaria, seja no espaço público, identificado por eles como profano. Travaram debates intensos sobre questões que agitavam a sociedade brasileira e passavam por temas que se relacionavam à política, educação, questão social e costumes.

A crença destes intelectuais relacionava-se à compreensão de que a maçonaria possuía uma função social, uma vez que se constituía, enquanto uma sociedade que tinha se forjado no processo de construção de valores consagrados pela modernidade, como a defesa das liberdades e a compreensão de que somente através do exercício do conhecimento seria possível a construção de uma sociedade desenvolvida, não deixando de tal forma de vincular-se a utopia moderna de progresso social.

## Fontes documentais e bibliografia

*Arquivo Maçônico*. “Protestemos!”. 1906.

Andrade, Caetano. “Política e Maçonaria”. *Arquivo Maçônico*, no. 18, 1908.

Coelho, José Simões. “O papel social da Maçonaria”. *Arquivo Maçônico*, no. 59, julho de 1911.

Ferrer, Dr. “Democracia e República”. *Arquivo Maçônico*, no. 59, julho de 1911.

*Arquivo Maçônico*. “Eleições e Maçonaria”. 1912.

Freyre, Alfredo. “A Escola Primária (conferência cívica realizada no teatro de Santa Isabel em 6 de março de 1912)”. *Arquivo Maçônico*, no. 68, 1912.

*Arquivo Maçônico*. “Imposto de profissão”. no. 68, abril 1912.

Melo, Mario. “O feminismo”. *Arquivo Maçônico*, no. 69, maio de 1912.

## Bibliografia

Agulhon, Maurice. *Pénitents et Francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité meridionale*. Paris: Fayard, 1984.

Agulhon, Maurice. “As Sociedade de Pensamento”. *França Revolucionária (1789-1799)*. Michel Volvelle. São Paulo: Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

Bloch, Marc. *Apologia a História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

Casali, Alípio. *Elite intelectual e restauração da Igreja Católica*. Petropolis: Vozes, 1995.

Ferrer Benimeli, José Antonio. *El contubernio Judeo-Masónico-Comunista. Del Satanismo al escándalo de la P-2*. Madrid: Ediciones ISTMO, 1982.

Ferrer Benimeli, José Antonio, G. Caprile, V. Alberton. *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*. Trad. Valério Alberton. São Paulo: Paulinas, 1983.

Ferrer Benimeli, José Antonio. *La masonería*. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

Girardet, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Goulart da Silva, Michel. (Org.). *Maçonaria no Brasil: história, política e sociabilidade*. Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial, 2015.

Kofes, Suely. *Dilemas da Maçonaria Contemporânea: um experimento antropológico*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2015.

Luca, Tânia Regina. "História dos, nos e por meio dos periódicos". *Fontes históricas*. Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto, 2005.

Mansur Barata, Alexandre. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora, São Paulo: Editora UFJF, Annablume, Fapesp, 2006.

Moreira Andrade, Alex. *A maçonaria no Brasil. 1863-1901. Poder, cultura e ideias*. São Paulo: Annablume, 2006.

Morel, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

Morel, Marco, Oliveira Souza, Françoise Jean de. *O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

Nascimento, Luiz do. *História da Imprensa em Pernambuco (1821-1954)*. V. 7: *Periódicos do Recife: 1901-1915*. Recife: Universitária, 1975.

Ribeiro Francisco, Renata. *A maçonaria e o processo de abolição em São Paulo*. São Paulo: Tese (Tese de História), Universidade de São Paulo, 2018.